



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

De: Assessoria Jurídica
Para: Departamento de Licitações
Processo Licitatório nº: 164/2022
Pregão Eletrônico nº: 090/2022

Lagoa Santa, 25 de agosto de 2022.

PARECER JURÍDICO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **Poly Escolar Indústria e Comércio de Móveis LTDA**, no Processo Licitatório nº 164/2022, Pregão Eletrônico RP nº 090/2022, tipo menor preço por item, cujo objeto é o *“Registro de Preços para aquisições de mobiliários para atender às demandas das diversas Secretarias Municipais e seus respectivos setores”*.

A empresa **Poly Escolar Indústria e Comércio de Móveis LTDA.**, insurgiu contra o anexo I – Especificação do objeto – Termo de Referência, no que tange às exigências técnicas dos itens 20 e 22. Alegou que as especificações do Termo de Referência estão fora dos padrões da FNDE, a justificativa da empresa se deu da seguinte forma:

(...) III – DO MÉRITO

(...) Após análise dos descritivos técnicos dos itens 20, 21 e 22 é possível identificar a solicitação de itens como **porta copos, porta mochilas em formato gancho retrátil, base de pés em formato de arco, estruturas na cor branca, sapatas calandradas e medidas que NÃO condizem com os padrões da FNDE**.

Verifica-se a exigência de apresentação do certificado acordo com a **norma NBR 14006/2008, obedecendo à portaria 401/2020 do INMETRO**. Logo, é notório que este Estimado Órgão deseja adquirir mobiliários que estejam de acordo com os padrões da **FNDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação**. Como é sabido, o atendimento às normas técnicas da ABNT é uma garantia que a Administração Pública está adquirindo produtos que possuam condições mínimas de segurança e qualidade, bem como não possam resultar em condições de risco aos próprios usuários, sendo assim faz necessário a adequação do termo de referência para os itens 20, 21 e 22 de acordo com os padrões FNDE.

(...) A manutenção das exigências descritas no edital foge aos padrões da FDE, e claramente afasta a competitividade do certame. Persistir a manutenção dos itens 20, 21 e 22 nos moldes em que se encontram, prejudicará não somente esta Administração, assim também como aqueles que irão usufruir do objeto.

O detalhamento inadequado e excessivo das especificações técnicas, a inexistência de vínculo entre as exigências ou opções contidas no Edital configura vício por adoção de regras inadequadas no instrumento convocatório, e violação à Lei n. 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

(...) Pelo exposto, diante dos diversos e inarredáveis vícios existentes no termo de referência dos itens 20, 21 e 22 do edital impugnado, espera o acolhimento e provimento da presente impugnação, a fim de que se corrijam os vícios que foram detectados, com fulcro no art. 3º, § 1º, I, e art. 7º e 5º, da Lei n. 8.666/1993 e no art. 3º, II, da Lei n. 10.520/2002.

IV – DOS PEDIDOS

(...) b) Que seja dado provimento, fazendo alterações dos itens 20, 21 e 22 conforme modelos da **FDE – Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação**.


Diante do questionamento apresentado, a Secretaria Municipal de Educação se manifestou por meio da Comunicação Interna nº 0381/2022, datada de 22 de agosto 2022, nos seguintes termos:

“(…)1. Considerando o questionamento encaminhado a este setor pela empresa Poly Escolar Indústria e Comércio de Móveis LTDA, acerca das especificações do Termo de Referência dos itens 20, 21 e 22 (Conjunto Escolar Aluno Individual – Cores: Amarelo, Azul e vermelho), onde citam na impugnação que os mesmos, não condizem com os padrões do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). 2. Informamos que de acordo com as especificações do Edital/Termo de Referência, não existe a necessidade de padronizar os itens como os do FNDE, visto que, estão claramente descritos para atender as nossas demandas; sem prejuízo à Administração e com detalhamento adequado (...)”.

Sendo assim, por se tratar de questões exclusivamente técnicas e que fogem à competência desta Assessoria, manifestamos pelo indeferimento da impugnação apresentada pela empresa **Poly Escolar Indústria e Comércio de Móveis LTDA** nos termos do parecer técnico exarado pela Secretaria Municipal de Educação.

É o parecer

À consideração superior.


Alexssander Rodrigues B. Silva
OAB/MG nº 208.463
Assessor Jurídico